

EDITORIAL

Sem se identificar “território” com espaço geográfico (ainda que com fronteiras definidas), antes considerando-o, também, como forma de organização (político-administrativa, económica, religiosa, sócio-cultural...), neste número da “Revista de História da Sociedade e da Cultura” há a oportunidade de aceder a novas vias de abordagem desta temática e a propósito de situações concretas.

Recordemos que o homem, não tendo embora um sentimento tão forte como certos animais em relação ao espaço que habita, é porém muito sensível às ameaças contra o seu território. Daí a importância da função da defesa militar mais ou menos organizada ou o trespasses de direitos de uso do espaço conquistado a favor dos “bellatores” e a troca de obrigações suas.

E, se a agressão (tanto a interna, como a externa) tem a ver com a importância económica do território, a sua conservação implica a sobrevivência dos habitantes, que passa, em grande parte, pela imposição da ordem ou do domínio “policia” (em sentido lato e original).

Na Idade Moderna e especificamente no caso português, o direito de propriedade, como resultado do *direito de conquista*, alargou-se ao *direito de descoberta* e eis os peninsulares da Ibéria a partilharem, só entre eles, a Ecúmena e a dominarem vastos territórios (litosféricos e hidrosféricos), integrados, um tanto contraditoriamente, na tradicional “Respublica Christiana” e na moderna “Europa” em construção. Tratou-se de “Impérios” ou de expressões máximas de uma territorialização concêntrica, estruturada ou organizada em valores e instituições sistémicos. E, na voz do clero dos

alvores da modernidade, a territorialidade de uma “Cristandade” em expansão devia constituir um mundo próprio, ancorado numa ideologia que já preludia a ordem social do Antigo Regime.

Hoje, há quem reclame uma unidade territorial à escala mundial ou global, enquanto outros, em nome do perigo da extinção de certos valores e de pequenas mas valiosas práticas sócio-culturais (sem esquecer as amorosas), lhe contrapõem as vantagens do localismo. Como quase sempre, talvez uma vez mais a virtude esteja ao centro.

E o historiador, para onde se deve voltar? Também para esta questão poderá haver resposta neste número da nossa “Revista”.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do C.H.S.C.